

## INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE<sup>1</sup>

*Monyque Mary Bezerra de Holanda\**, *Georgia Maria Feitosa e Paiva\*\**

### RESUMO

Em decorrência da Lei n.º 13.146, sancionada em 2015, as Instituições de Ensino tiveram o encargo de adaptar-se aos estudantes com deficiência. Este estudo tem como objetivo compreender de que maneira uma universidade pública atua no processo de inclusão de estudantes com deficiência (visual). Para isso, buscamos delimitar nossa investigação na realização de um estudo qualitativo, mais especificamente um estudo de caso desta Instituição de Ensino Superior (IES). Para tal, usamos as técnicas de observação e entrevista com três sujeitos: um estudante cego, seu acompanhante e um funcionário do Setor de Acessibilidade da universidade, o que nos permitiu conhecer os desafios deste processo de inclusão. Os resultados demonstraram que o Setor de Acessibilidade da IES busca promover a inclusão dos estudantes com deficiência, adaptando seus currículos a partir do diálogo constante entre docentes, coordenação e discentes. No que se refere aos aspectos arquitetônicos, esta universidade precisa reavaliar os seus espaços para promover ambientes mais inclusivos. Concluímos que, embora haja esforços por parte da instituição em adaptar-se, ainda se fazem necessários muitos investimentos para o planejamento, a execução, a manutenção e a revisão das práticas inclusivas de pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Inclusão. Universidade. Deficiência visual. Acessibilidade.

### *INCLUSION OF PEOPLE WITH EYESIGHT DISABILITIES AT UNIVERSITY*

### **ABSTRACT**

*Because of Law n.º 13,146 sanctioned in 2015, education institutions have the duty to adapt to students with disabilities. This study aims to understand how a public*

<sup>1</sup> O nome da universidade onde foi realizada esta pesquisa será omitido nesta publicação.

\* Graduada em Recursos Humanos pelo Centro Universitário Estácio do Ceará e atualmente estudante do curso de bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). ORCID: 0000-0002-4820-7727. Correio eletrônico: monyquemary@hotmail.com

\*\* Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta A da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). ORCID: 0000-0002-2915-9416. Correio eletrônico: georgiafeitosa@unilab.edu.br

*university acts in the process of inclusion of students with disabilities (visual). We define our research as a way to conduct a qualitative study, specifically a case study of this HEI. To do this, we use observation techniques and interviews with three subjects: a blind student, her companion and an official of the University Accessibility Department, which allowed us to know the challenges of this inclusion process. The results showed that the Accessibility Department of the HEI seeks to promote the inclusion of students with disabilities, adapting their curricula from the constant dialogue between teachers, students and coordination. With regard to architectural aspects, the university needs to reassess their spaces to promote more inclusive environments. We conclude that, although there are efforts by the institution to adapt, it becomes even more necessary many investments on planning, implementation, maintenance and review of inclusive practices for people with disabilities.*

**Keywords:** *Inclusion. University. Visual impairment. Accessibility.*

## INCLUSIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL EN LA UNIVERSIDAD

### RESUMEN

*Como resultado de la Ley n.º 13.146, promulgada en 2015, las instituciones educativas tienen la obligación de adaptarse a los estudiantes con discapacidades. Este estudio tiene como objetivo comprender cómo una universidad pública actúa en el proceso de inclusión de los estudiantes con discapacidad (visual). Para ello, se busca delimitar nuestra investigación para llevar a cabo un estudio cualitativo, específicamente un estudio de caso de esta IES. Para alcanzar el objetivo, utilizamos técnicas de observación y entrevistas con tres sujetos: un estudiante ciego, su compañera y un funcionario del sector responsable de la accesibilidad de la Universidad, lo que nos permitió cumplir con los retos de este proceso de inclusión. Los resultados mostraron que la sección Accesibilidad del IES busca promover la inclusión de los estudiantes con discapacidad y adaptar sus planes de estudio a partir del diálogo constante entre los maestros, los estudiantes y la coordinación. Con relación a los aspectos arquitectónicos, esta universidad tiene que reevaluar sus espacios para promover ambientes más inclusivos. Llegamos a la conclusión de que, aunque hay esfuerzos de la institución para adaptarse todavía se hacen necesarias muchas inversiones para la planificación, implementación, mantenimiento y revisión de prácticas de inclusión de las personas con discapacidad.*

**Palabras clave:** *Inclusión. Universidad. Discapacidad visual. Accesibilidad.*

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, têm surgido muitas pesquisas relacionadas a questões importantes sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual. Autores como Maciel

(2000), Mattos e Neira (2000), Miranda (2001), entre outros, têm dedicado suas pesquisas a essa temática. Esses estudos abordam como a deficiência visual é vista no contexto social e educacional, com o foco na inserção das pessoas com deficiência no sistema educativo regular. Conforme Estrela (2017), a discussão da educação inclusiva no contexto acadêmico é bastante recente, é um debate “novo”, considerando que, somente na década de 1990, a pessoa com deficiência começou a ser inserida nesses espaços. A sua inserção começou a ser pensada e projetada nos espaços educacionais, mas ainda de forma tímida; só nos últimos anos, porém, é que se passou a se apropriar dessa temática de forma mais expressiva. Para Zanata e Treviso (2016), esses trabalhos surgem devido às mudanças que têm sido implementadas, principalmente por leis e pelas instituições. As leis visavam somente às redes privadas de ensino e, posteriormente, passaram a integrar todo o sistema, tanto público como particular, incluindo assim, em seus currículos, a Educação Especial. Desse modo, surgiu a importância de estudar essas mudanças e acessibilidades.

Conforme Sassaki (1997 *apud* CHICON; SOARES, 2009), a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (cegos, surdos, físicos, etc.); simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, sem nenhuma forma de discriminação social. Já a inclusão escolar é indispensável para que as instituições de ensino minimizem as barreiras arquitetônicas e promovam a prática da acessibilidade atitudinal entre estudantes, docentes, técnicos, etc.. Estes, por sua vez, devem também adotar práticas de ensino adequadas às peculiaridades dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, sem discriminações (FOREST, 1985 *apud* MANTOAN, 2003; MANTOAN, 1999, 2001).

Pensar na inclusão como um processo é um passo importante para entender que ela não ocorre de modo pontual, ao contrário. Apesar de a lei garantir que as pessoas com deficiência tenham oportunidades similares às pessoas que não têm algum tipo de deficiência, há uma série de aspectos que devem ser considerados, como as barreiras atitudinais, por exemplo. As pesquisas de Ponte e Silva (2015) e Sá, Campos e Silva (2007) demonstram que a acessibilidade atitudinal ainda é um dos maiores desafios no processo de inclusão social. Devemos considerar também que é preciso pensar na questão da acessibilidade para cada tipo de deficiência, ou seja, criar mecanismos que possam viabilizar e promover a integração dos cegos, surdos, físicos e intelectuais, de modo a promover oportunidades justas de desenvolvimento.

No que tange à deficiência visual, podemos citar, dentre esses mecanismos, o recurso da audiodescrição (AD), uma modalidade de tradução audiovisual<sup>2</sup> que consiste na tradução de imagens em palavras, a qual pode ser implementada não apenas em uma educação mais inclusiva como também mediante inclusão cultural de pessoas cegas. Nomeadamente, o processo de inclusão curricular deve contemplar as particularidades de cada disciplina. Deste modo, disciplinas, como as ma-

<sup>2</sup> Atualmente, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) conta com uma especialização nessa área, auxiliando desse modo na formação de especialistas em audiodescrição para atuar como roteiristas, revisores, narradores e consultores.

térias das áreas de exatas e educação física, estão sujeitas a oferecer maiores dificuldades para este processo de inclusão, se comparadas a outras disciplinas das áreas das ciências humanas e linguagens. Dessa forma, cabe muitas vezes à Instituição de Ensino criar ou recriar mecanismos de inclusão, de modo que possa, de fato, adaptar-se a cada uma das áreas.

Assim, incluir essas pessoas em sala de aula requer um exame complexo, pois, além do conteúdo ministrado, é preciso pensar sobre a metodologia e o próprio espaço físico. Até onde se sabe, poucos trabalhos buscaram congregar a questão curricular e a acessibilidade dos espaços físicos - objetivo desta pesquisa - e assim compreender as ações que a universidade tem promovido para possibilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Para a realização desta análise, optou-se por um estudo de caso, mediante uma pesquisa qualitativa, por meio da qual foram entrevistadas três pessoas, sendo um estudante com deficiência visual, o acompanhante deste, e um funcionário do Setor de Acessibilidade da universidade pesquisada, a fim de fazer um contraponto e assim nos inteirarmos da real situação vivida por eles durante o seu cotidiano acadêmico. Além da entrevista, realizamos uma observação dos espaços físicos da universidade, nos três *campi*, e verificamos se sua estrutura física estava adequada para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual.

Para dar prosseguimento a este debate, este artigo se divide em cinco tópicos. No primeiro tópico, as reflexões giram em torno do conceito da inclusão e das adequações curriculares com relação às pessoas com deficiência. O segundo tópico, denominado *As barreiras e o papel da sociedade no processo de inclusão*, permite uma análise da relação entre os cegos e os “videntes”.<sup>3</sup> No terceiro, procuramos apresentar a metodologia desta pesquisa. O quarto tópico, por sua vez, é composto de um breve histórico da referida IES e de seu Setor de Acessibilidade, bem como da análise das entrevistas e da observação, dividida em dois subitens: a acessibilidade curricular e a acessibilidade arquitetônica realizada pela universidade para atender às pessoas com deficiência visual. Por fim, depois da exposição de nossos resultados, apresentamos nossas considerações finais.

## 2 A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E AS ACESSIBILIDADES CURRICULARES

As pessoas com deficiência visual caracterizam-se por uma incapacidade ou limitação no ato de “ver”, limitações que podem ser em maior ou menor grau. “Entende-se por deficiência visual, uma impossibilidade total ou parcial da capacidade visual, consequência de alterações no globo ocular ou no sistema visual.” (MIRANDA, 2001, p. 4). Assim, podemos falar em níveis de cegueira, que vão da baixa visão à perda total dela.

O fato de não se conseguir enxergar não deve ser encarado como um fator excludente, não segundo a nossa legislação (Lei n.º 13.146/2015), que prevê, na acessibilidade, uma possibilidade de oportunizar a esses sujeitos os mesmos direitos que as pessoas que enxergam têm. Significa dizer que essas pessoas devem

<sup>3</sup> De acordo com Estrela (2017), “videntes” é a nomenclatura utilizada por pessoas cegas para se referirem a pessoas que enxergam.

ser vistas como as demais, o que as diferencia das outras é o fato de não conseguirem enxergar. Tal fato não pode ser interpretado como uma impossibilidade ou até uma incapacidade por parte delas de estudar, de ocupar-se ou de desempenhar uma função como as demais pessoas.

Quando isso acontece, ao serem excluídas pelas suas limitações e dificuldades, ocorre o que Saviani (1999) chama de marginalidade, um fenômeno intrínseco à própria estrutura da sociedade, que busca estabelecer as limitações das pessoas e de certos aspectos dentro da sociedade. Assim, elegem-se os modelos ideais que devem ser seguidos e os que não devem ser seguidos. Para Goffman (1975), essas pessoas encontram-se marcadas por peculiaridades físicas e psicológicas que apresentam, porque são vistas como diferentes ou inferiores em relação às outras que fazem parte da sociedade - o que ele chama de estigmas, termo que se refere aos sinais corporais que evidenciam alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresenta. O que pode ocasionar também algumas dificuldades discriminatórias, como relatam Ponte e Silva (2015, p. 262 *apud* ESTRELA, 2017, p. 8):

As dificuldades de acesso não se limitam apenas às barreiras físicas, [arquitetônicas e nem atitudinais], pois existem outros tipos de obstáculos que impedem a inclusão da pessoa com deficiência [dentro de uma sociedade], como a negação, os estereótipos, os estigmas, o abuso dos direitos, os preconceitos no ambiente de trabalho e/ou escolar, pois são essas atitudes discriminatórias que interferem na inclusão do ser humano na sociedade atual.

Conforme Maciel (2000), discutir a inclusão de pessoas com deficiência - que não têm um tratamento igualitário e adequado como deveriam ter, muitas vezes, por falta de conhecimento da sociedade em geral - pode, por vezes, equivocadamente, levar à crença de que a deficiência é uma doença crônica e que as pessoas com deficiência não têm tanta "utilidade" na sociedade. "O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas, [...] físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas." (MACIEL, 2000, p. 3). Sabemos que é um processo longo, mas devemos trabalhar, a fim de superar este estigma.

Em 2008, o Brasil ratificou o documento da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual define princípios, obrigações e igualdade que os países devem promover com relação a essas pessoas. Os artigos 3.º e 4.º deste documento salvaguardam esses princípios, obrigações gerais e igualdade, bem como a não discriminação que os Estados-membros signatários dessa convenção devem respeitar. Objetiva-se, desse modo, garantir melhores condições a esse grupo de pessoas. Esse documento, no seu artigo 3.º, alíneas *b*, *e* e *f*, propõe "a não discriminação", "a igualdade de oportunidade" e "a acessibilidade", respectivamente. No mesmo documento da convenção ratificada pelo Brasil, nota-se o seguinte ponto no artigo 4.º: "[...] assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação". (BRASIL, 2011, p. 28).

Essa prática deveria ser ampliada por todas as instituições dos países signatários dessa convenção, principalmente nos seus currículos escolares. Todavia, na

prática, o que se vê por parte das escolas e das universidades é quase uma exclusão dessas pessoas nos seus currículos.

A educação, sendo uma construção social, obedece às relações de poder. Dessa forma, “[...] a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo assim a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização.” (SAVIANI, 1999, p. 16). Desse modo, a própria sociedade, através dos seus instrumentos “legais”, cria obstáculos para a inclusão dessas pessoas. Os atos de ver e ouvir são importantes para o aluno acompanhar as aulas expositivas e assimilar os conteúdos ministrados. O mesmo pode ser dito quanto à interação e ao permanente diálogo entre alunos/professor, como também entre os próprios alunos. Na impossibilidade de um desses elementos (ver ou ouvir, por exemplo), o aluno, dentro de uma educação não inclusiva, é limitado em seu processo de ensino e aprendizagem, o que o impossibilita, muitas vezes, de progredir em seus estudos.

“Em Matemática, por exemplo, ao mesmo tempo que o aluno deve prestar atenção à explicação do professor, deve acompanhar a escrita: os símbolos matemáticos grafados na lousa.” (LOURENÇO; CARDOSO, 2013, p. 2). Como adaptar conteúdos desta natureza para alunos cegos? Para começar, é de grande importância que a coordenação, o docente e o próprio estudante conheçam e compartilhem os mesmos recursos para a sua acessibilidade, do contrário não haverá inclusão. É preciso que haja um envolvimento mútuo e contínua colaboração, para que o estudante cego não seja colocado em posição desfavorável em relação aos demais estudantes – e que, como estes, tenha as mesmas oportunidades de adquirir conhecimento.

As limitações que essas pessoas têm perante as suas condições podem ser trabalhadas através dos recursos que atendam às suas limitações específicas, recursos estes que vêm surgindo no mercado, o que inclui *softwares* gratuitos que possibilitam o processo de acessibilidade e inclusão, tais como teclados de leitura que podem ser conectados aos computadores, os chamados *MecDaisy*, que são digitais, e outros recursos didático-pedagógicos que podem ser usados dentro e fora de sala. Deste modo, cabe à Instituição de Ensino, seus educadores e colaboradores, assim como aos estudantes com deficiência, fazer uso dos recursos necessários e, quando possível, criar um espaço de diálogo para reunir propostas de mudança mais coerentes com as particularidades de cada tipo de deficiência, de modo a aperfeiçoar o processo de inclusão.

Existem inúmeras barreiras que as pessoas com deficiência visual enfrentam no dia a dia, tanto no seio familiar quanto na universidade. No que se refere às políticas públicas, elas determinam que as escolas e universidades se adaptem, porém não lhes fornecem orientação suficiente para efetivar uma inclusão mais efetiva, porquanto não há incentivo para o desenvolvimento de programas que facilitem essa inserção. Apesar de essa inclusão ser possível, existem muitas barreiras que podem prejudicar a inclusão das pessoas com deficiência.

### 3 AS BARREIRAS E O PAPEL DA SOCIEDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Conforme Zago (2012), pessoas com deficiência convivem com muitas barreiras. A autora as denomina de barreiras físicas ou arquitetônicas, ou seja, elementos que podem reduzir o acesso das pessoas com deficiência a ambientes,

como a inadequação de rampas, calçadas, banheiros, o que acaba criando obstáculos em vez de lhes permitir acesso. Além deste tipo de barreira, há a falta de bom senso em relação às pessoas com deficiência. À falta de consciência de que essas pessoas têm necessidades diferentes Zago chama de barreira atitudinal. Como exemplo, a pesquisadora cita a atitude de alguns cidadãos que não respeitam os espaços destinados às pessoas com deficiência - ocupação de vagas em estacionamentos, assentos preferenciais.

Para Sá, Campos e Silva (2007), as barreiras atitudinais são, de certa forma, mais complexas, diferentemente das outras barreiras que as pessoas com deficiências enfrentam, pois estas não são visíveis como as barreiras físicas ou arquitetônicas. Ou seja, na maioria das vezes, essas barreiras são inconscientes e de difícil reconhecimento por parte de quem as pratica, o que dificulta o processo de inclusão deste segmento, principalmente por ser uma prática decorrente da sociedade, o que acaba perpassando o universo educacional.

Zago (2012) menciona mais um tipo de barreira, a comunicacional, que ocorre quando há falta de informações importantes para orientações e acesso a diferentes lugares destinados às pessoas com deficiência. Para a autora, a falta de ações que conscientizem (todos os atores da universidade, professores, alunos e técnico-administrativos), como a divulgação de informações que ajudariam na inclusão e integração dessas pessoas, caracteriza este tipo de barreira. Essas barreiras são também verificadas nas escolas, como a falta dos materiais específicos em braille para o auxílio dos estudantes cegos, a dificuldade em encontrar espaços ou ter acesso a informações importantes.

A efetivação das políticas de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e no ensino constitui um desafio importante para minimizar as barreiras sociais. Hoje, em concursos públicos, por exemplo, prevê-se, por meio da Lei n.º 13.146/2015, que são passíveis de penas ações que coíbam a participação de pessoas em razão de suas deficiências. A sociedade como um todo desempenha papel fundamental no processo de inclusão das pessoas com deficiência. Ela estabelece diferentes mecanismos para a inclusão e integração de diferentes pessoas, constituindo assim um processo de acessibilidade das pessoas com algum tipo de deficiência, tanto visual como física. Devemos entender que as mudanças também

[...] podem causar medo e estranheza inicialmente, pois são pessoas que viviam à margem da sociedade e que agora estão buscando os seus direitos, estão lutando para escrever novas páginas na história desse movimento. Todas as estruturas sociais terão de se transformar, a sociedade atual deve se despir de seus conceitos preconcebidos e redimensionar sua visão buscando vencer os medos que provocam as barreiras sejam elas físicas ou atitudinais, para que os indivíduos com deficiência sejam capazes de conviver dignamente em sociedade. (PONTE; SILVA, 2015, p. 265).

É importante quando a sociedade trabalha para a inclusão das pessoas, sem nenhum tipo de marginalização delas. O papel da sociedade é, antes de tudo, minimizar as ações que levam a exclusão de seus membros, por “não preencherem os requisitos necessários” para seguir os modelos estabelecidos por ela. Segundo

Miranda (2001), a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular (contexto educacional), seja nas escolas, seja nas universidades, não teria razão de existir ou ser exigida por certas camadas sociais, tendo em vista que vivemos em uma sociedade cujas classes sociais não apresentam as mesmas condições de acesso às instituições de conhecimento.

Apesar disso, encaramos de modo otimista essa situação, pois, depois de 2002, referindo-se especificamente à sociedade brasileira, houve bastante incentivo à ampliação e regionalização do ensino superior no país, seja na modalidade a distância, seja na modalidade presencial. É nesse contexto que a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com as universidades públicas do Ceará, desempenha o papel fundamental de promover o acesso ao conhecimento.

Concomitantemente a isso, houve também a popularização, a ampliação e a difusão da internet, que pode ser entendida como um grande meio para inclusão e integração dessas pessoas. Em contrapartida, a internet e seu conteúdo simbólico encantam por seus recursos audiovisuais, o que minimiza o acesso de cegos e surdos.

Como nos afirmam Sá, Campos e Silva (2007, p. 22), “[...] vivemos em uma sociedade caracterizada pela preponderância da comunicação visual cada vez mais difundida e incrementada [...]”. Mesmo assim, acreditamos que ela traz muitos benefícios que podem ser usados a favor das pessoas com deficiência visual no que diz respeito às suas acessibilidades na sociedade, através de múltiplos programas, plataformas e aplicativos desenvolvidos para promover a inclusão, como aqueles que permitem a acessibilidade de cegos “[...] por meio dos comandos de voz e do teclado que dispensam o uso do *mouse* e mesmo do monitor.” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 22).

#### 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa qualitativa oferece inúmeras possibilidades para entender os fenômenos relacionados aos seres humanos e às suas relações sociais através de geração de dados não numéricos, baseando-se na interpretação das realidades sociais. Assim também o estudo de caso consiste no estudo aprofundado de um determinado assunto, de forma a permitir o seu detalhamento. Gil (2008) vai nos permitir fazer uma abordagem mais analítica do desenvolvimento deste trabalho.

A nossa pesquisa procura analisar as acessibilidades que essa universidade pública fez ou vem fazendo no sentido de incluir todas as deficiências, principalmente as visuais, que são o objeto deste estudo. Dessa forma, procuramos compreender essas questões por intermédio das pessoas que estão sendo beneficiadas/afetadas diretamente (pessoas com deficiência visual), como também analisar as recomendações previstas na Lei n.º 13.146/2015<sup>4</sup>.

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de um estudo de caso sobre a referida instituição, através da observação do seu espaço físico. Além disso, foram realizadas três entrevistas (um estudante cego e seu amigo, o qual convive direta-

<sup>4</sup> Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, criada para assegurar e promover as condições de igualdade dos direitos e liberdade fundamentais das pessoas com deficiência e a sua inclusão.

mente com ele e que presencia o seu processo de acessibilidade e inclusão na universidade; e um funcionário da instituição que atua no Setor de Acessibilidade).

Para tal, buscou-se analisar essas acessibilidades para entender como ocorrem as adequações para os estudantes com deficiência visual nesta universidade. Procuramos conhecer o olhar dos discentes e o do setor responsável por promover a acessibilidade na instituição. Dessa forma, fizemos uso das técnicas de entrevista, observação dos espaços e análise dos documentos (Lei e Estatuto).

As entrevistas e a observação foram desenvolvidas ao longo de dois semestres, 2017.2 e 2018.1, respectivamente. Ao todo, foram realizadas três entrevistas, uma entrevista com um estudante com deficiência visual (entrevistado A), que cursa o terceiro semestre de Administração Pública; uma entrevista com seu amigo (entrevistado B), que cursa o quarto semestre<sup>5</sup> do Curso de Administração Pública; e finalmente uma entrevista com um funcionário da referida universidade (entrevistado C), integrante do Setor de Acessibilidade, a respeito do papel do setor na instituição.

Por meio dessa investigação, buscou-se avaliar como se dá a acessibilidade dos espaços físicos e curriculares para atender às dificuldades/necessidades dos cegos. Serviram de referencial para nossas análises a Lei LBI n.º 13.146/2015 e o Estatuto da Universidade. Com base neles, a nossa pesquisa buscou acompanhar e descrever o processo de acessibilidade de pessoas com deficiência visual, bem como procurou analisar se a instituição oferece condições para a inclusão dessa população nas suas políticas.

## 5 COMO A UNIVERSIDADE ESTÁ PROMOVENDO A INCLUSÃO DE ALUNOS CEGOS?

A universidade ora estudada foi criada há poucos anos e está sediada no estado do Ceará. Conhecida por atender a um público diversificado, entre os seus princípios se destaca a inclusão e projetos que visam à integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa.

A acessibilidade, portanto, é uma condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, serviços e instalações abertos ao público, como também dos meios educacionais para a pessoa com deficiência (BRASIL, 2011).

Depois de quatro anos de funcionamento da universidade no Ceará, o Setor de Acessibilidade (SEACE) foi criado. Este setor está hoje vinculado à Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (COASE), vinculada à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas Estudantis (PROPAAE), dentro da Coordenação de Assistência à Saúde do Estudante. Na SEACE, há são quatro setores (Nutrição, Psicologia, Acessibilidade e Saúde do estudante). Atualmente, o Setor de Acessibilidade é composto por quatro colaboradores, entre eles três intérpretes de LIBRAS<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Conforme acordado por *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, optamos por manter o sigilo dos nomes dos estudantes entrevistados.

<sup>6</sup> Língua Brasileira de Sinais.

Segundo um dos colaboradores, a criação do setor se deu em outubro de 2015, porém não havia local para que esse setor ficasse alocado (espaço físico). Somente no ano seguinte, após a reforma da antiga biblioteca, é que o setor pôde ocupar um espaço físico na universidade. Segundo o entrevistado, a criação do setor foi orientada pelo Programa de Acessibilidade na Educação Superior.

De acordo com ele, atualmente, existem projetos para promover a acessibilidade nos municípios onde a universidade se encontra instalada - notadamente nas escolas e dentro da instituição. O objetivo do projeto é discutir a questão das pessoas com deficiência. Até o momento, o SEACE tem prestado acompanhamento às pessoas com deficiência (auditiva, visual, etc.).

### 5.1 Acessibilidade arquitetônica: a universidade e os seus espaços físicos

Em virtude de ser uma instituição de ensino superior, a universidade apresenta como uma de suas funções edificar uma sociedade mais justa e igualitária, com a participação de todos. Dessa forma, a IES tem esse compromisso com todos aqueles que fazem uso de seus espaços, especialmente os estudantes com deficiência. Dessa forma, promove-se a inclusão das pessoas que ainda não se encontram incluídas, possibilitando-as ser aceitas e respeitadas naquilo que as diferencia das outras. Pensar nos espaços para pessoas com deficiência é promover a autonomia.

Sá, Campos e Silva (2007) sugerem que a configuração do espaço físico não é percebida de forma imediata por estudantes cegos, tal como ocorre com os estudantes que não têm problemas de visão (videntes), ou seja, os que enxergam, sendo ela percebida somente quando ocorrem problemas ou dificuldades de acesso. Por isso, é necessário, ainda no projeto arquitetônico, prever como as pessoas farão uso desses espaços e como esses espaços podem ser utilizados por pessoas com deficiência, de modo a possibilitar a acessibilidade dos usuários. Assim, deve-se pensar sobre como as salas de aulas, o trajeto para a sala, para outros lugares (banheiros, biblioteca, pátio, cantina, etc.) podem ser planejados para beneficiar as pessoas que usam cadeiras de rodas, muletas, que são cegas ou surdas.

Quando os espaços apresentam empecilhos para a autonomia de pessoas com deficiência, temos aí uma barreira física ou arquitetônica, o que, para Ponte e Silva (2015), se apresenta como grande problemática enfrentada pelas pessoas com deficiência. É preciso, portanto, adaptar esses espaços ao universo dessas pessoas, além de avisar qualquer mudança que altere a trajetória dessas pessoas. Convém reservar um espaço na sala de aula para mobiliário adequado à disposição dos instrumentos para esses estudantes (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

A universidade onde realizamos esta investigação conta com três *campi*, todos sediados no Ceará. Nós os chamaremos de *campus A*, *campus B* e *campus C*. A acessibilidade ainda é um problema em todos os *campi*. O *campus A* é composto dos seguintes itens: a) um andar térreo, local onde estão instalados alguns setores da universidade, entre eles o auditório administrativo; b) um andar intermediário, que abriga o Restaurante Universitário e a Copiadora e c) o auditório didático e as salas de aulas localizadas no subsolo. Vale ressaltar que o referido *campus* não foi criado para ser uma universidade; ele foi adaptado para atuar como *campus* administrativo, mas até hoje abriga atividades acadêmicas.

O *campus* A foi citado pelo funcionário da SEACE como o mais acessível, pois conta com rampas e corrimão contínuo, o que promove mais autonomia para o acesso às salas de aulas. Apesar de ser um *campus* mais acessível, é possível verificar problemas como a manutenção do piso tátil e o acesso a outros serviços, como copiadora, pois não há piso algum que possa guiar essas pessoas, ou mesmo um cadeirante, até o destino, impedindo-as assim de chegar à sala sem ajuda de alguém.

O *campus* B conta com três prédios. No primeiro prédio (bloco I), que é térreo, encontram-se alguns setores (SEACE<sup>7</sup>, SAPSI<sup>8</sup>, etc.) assim como salas de aulas, coordenações de cursos e o Restaurante Universitário. Com relação aos aspectos arquitetônicos do *campus* B, percebemos que tanto as pessoas com deficiência como aquelas que não possuem deficiências encontrarão dificuldades em usar o bloco I. O problema se intensifica para os sujeitos com deficiência visual, pois não há nivelamento das calçadas; há ausência de piso tátil, placas de sinalização em braille, entre outros.

O segundo e terceiro prédios (bloco II e III) do *campus* B têm dois andares além do térreo. Nesses prédios, as dificuldades são mais acentuadas no que diz respeito ao seu acesso, pois não apresentam elevadores ou rampas. Observamos, em todos os andares, a presença do espaço para a instalação de elevadores, mas, em vez dos equipamentos funcionando, encontramos portas de cimento no local, impedindo as pessoas com deficiência de acessarem os andares superiores, como recomenda a Lei LBI n.º 13.146/2015. A utilização das faixas no piso com cores diferenciadas e corrimãos para facilitar a identificação do percurso e possíveis obstáculos existentes nessas áreas de circulação também constitui uma lacuna no projeto arquitetônico. Neste *campus*, o que se vê é um ambiente com diversos empecilhos para o uso das pessoas com deficiência, especialmente as pessoas com deficiência física e visual, pois estas frequentemente encontram enormes dificuldades para ter acesso a esses prédios novos, porque, para transitar entre os andares, elas precisam de um acompanhante em todos os momentos para acessar os prédios e as respectivas salas de aula, dado que não há elevadores. Desse modo, elas não conseguem ser autônomas, precisam sempre da ajuda de terceiros, o que torna seu acesso limitado; não se promovem, por fim, condições de acesso às salas de aulas, principalmente para os usuários cadeirantes.

O *campus* C é um espaço de três andares, que possui rampa e escadas, as quais permitem o acesso às salas de aula, laboratórios e setores administrativos instalados neste prédio. Sobre esta edificação, o funcionário da SEACE admite que, apesar das rampas, o prédio não permite autonomia por parte dos cegos, pois tanto as rampas como os corrimões não têm continuidade. Esse prédio também não apresenta sinalizações, porém dispõe de piso tátil em alguns lugares específicos.

Essas adequações devem ser permanentes, tendo em vista a importância dessas sinalizações para a circulação e conseqüentemente inclusão das pessoas com deficiência visual com as demais. Entender que “[...] pessoas cegas que não possuem memória visual podem não ter boa orientação e mobilidade. Então, é importante explicar a direção, indicar os obstáculos que existem no caminho que o sujeito vai

<sup>7</sup> Setor de Acessibilidade.

<sup>8</sup> Setor de Atenção Psicossocial.

seguir e indicar as distâncias.” (OLIVEIRA, 2013, p. 964). Os mesmos problemas aqui apontados são igualmente citados pelo estudante cego da universidade:

A Universidade não tem *campi* preparados para atender as condições das pessoas com deficiência. No *campus* C não tem continuidade da rampa, escadas não têm corrimão com continuidade do prédio ou último andar. No *campus* B a situação é mais grave, porque ali as dificuldades de achar a sala e os setores específicos aumentam. (Entrevistado A).

Para o funcionário do Setor de Acessibilidade, “A Universidade não se preparou para atender esse público com deficiência. No quesito arquitetônico, não tem nenhuma estrutura para receber estudantes com deficiência visual.” (Entrevistado C).

Sem esse processo de acessibilidade das instituições educacionais, essas pessoas acabam sendo “excluídas” por meio de uma ação consciente ou não das instituições ou das pessoas afetadas; ou seja, por serem consideradas “diferentes”, desenvolve-se um processo de segregação dessas pessoas com deficiência (MATTOS, 2000).

No caso desta IES, as dificuldades aumentam, tendo em conta a falta da autonomia que o Setor de Acessibilidade enfrenta. De acordo com o funcionário entrevistado do SEACE, este setor é apenas consultivo, ou seja, ele identifica uma barreira ou recebe uma demanda e as submete aos órgãos superiores, que são competentes para comprar os equipamentos necessários e realizar as mudanças indicadas (PROPLAN<sup>9</sup> e PROAD<sup>10</sup>). Deste modo, as suas dificuldades para mudanças estão relacionadas, muitas vezes, à burocracia do sistema de decisões e à falta de verbas, principalmente quando se trata de demandas pontuais.

Por esses motivos, é preciso haver sempre capacitações que possam promover a integração e/ou a inclusão das pessoas com deficiência. O SEACE também estabelece parcerias com outras Instituições de Ensino Superior. Quando o setor não atua diretamente na capacitação de treinamentos, ele desempenha o papel de mediador dessa capacitação, levando, por exemplo, funcionários de um setor específico, como a biblioteca, para realizar treinamento de digitalização com profissionais especializados da UFC.

Segundo o funcionário do setor de acessibilidade da universidade,

Existe uma professora com formação em pedagogia, especialização em educação especial, cursos de braille, libras. Mas na universidade, ela atua em outra área por uma série de fatores e não no Setor de Acessibilidade, aonde poderia ser mais aproveitada. Essa é até uma luta do setor, ampliar o número de funcionários especializados (pedagogo, psicopedagogo, psicólogo) para montar uma equipe (SEACE) com projetos voltados para área da acessibilidade. (Entrevistado C).

Além de atender ao público acadêmico, a instituição também age junto à comunidade externa, realizando ações, como a corrida de rua da pessoa com deficiência. O setor de acessibilidade, por sua vez, atua como agente facilitador dessa

<sup>9</sup> Pró-Reitoria de Planejamento.

<sup>10</sup> Pró-Reitoria de Administração.

corrida (fazendo divulgações, interpretações). Além disso, o SEACE busca estimular o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior a partir de visitas às escolas nos municípios onde a universidade está instalada, divulgando o setor de acessibilidade. Essas visitas permitem que pessoas com deficiência possam conhecer a universidade e fazer uso de seus serviços educacionais e de extensão. Além disso, a universidade criou um evento chamado Semana da Inclusão, que pretende congrega profissionais da área da acessibilidade com oficinas e palestras sobre o tema. O evento é aberto para a comunidade acadêmica e a comunidade externa.

## 5.2 A acessibilidade curricular da universidade para os estudantes cegos

Acreditamos que as universidades têm um papel fundamental no processo de inclusão de todas as pessoas “excluídas” pela sociedade. Deve-se promover essa inserção em suas ações e principalmente nos currículos, que podem figurar como instrumentos de inclusão ou de exclusão dessas pessoas. Estrela (2017, p. 16) cita os principais pontos que podem contribuir para a exclusão dessas pessoas:

[...] a) a exclusão de colegas na formação de grupos de trabalho, que, segundo os mesmos, se dá pela percepção de que, em decorrência de suas deficiências, não poderão auxiliar ativamente na construção dos trabalhos; b) a falta de materiais acessíveis que possibilitem a autonomia destes sujeitos; c) o bloqueio que uma parte dos docentes demonstram ao se depararem com o desafio de incluir um aluno em sala de aula, na maioria das vezes, sem muitos recursos e instrução adequada para isto; d) poucas ações interventivas que possibilitem discutir, junto à comunidade acadêmica, sobre essa nova realidade que busca não mais somente a inserção de pessoas com deficiência no ensino, mas de uma prática que fortaleça a inclusão qualitativa destes sujeitos.

Quando essas situações ocorrem, ou para evitar que ocorram, o papel das instituições é fundamental nesse processo, sendo um espaço de produção de conhecimento e formação de pessoas. Cabe à IES elaborar ações que contribuam para a inclusão e integração das pessoas com deficiência. De acordo com Sassaki (1997, p. 3 *apud* CHICON; SOARES 2009, p. 41), a inclusão social pode ser conceituada como

[...] um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todas as partes envolvidas nesse processo. O que torna esse processo uma busca incessante para alcançar esse objetivo que é a inclusão.

Assim, a colaboração de todas as partes torna-se essencial para abrandar as dificuldades vividas atualmente por todas as pessoas com deficiência. Quando indagamos o SEACE a respeito de como ocorre a acessibilidade curricular, o funcionário do setor nos relatou que

[...] o que atualmente acontece é uma interação professor/estudante, para que haja essa adequação da metodologia da melhor forma pos-

sível. Porque a maior demanda desse público é o material adaptado às suas necessidades. [E] o serviço em parceria com os funcionários da Biblioteca que escaneia o material e converte em DOC para ser lido virtualmente não consegue cobrir todos os materiais didáticos. (Entrevistado C).

Podemos entender o conceito da inclusão como um movimento educacional, mas também social e político, que defende o direito de todos os indivíduos de participarem, de uma forma consciente e responsável, da sociedade, das instituições (aqui entra o papel da universidade). Outros agregam e fortificam o processo de inclusão em diferentes aspectos: “[...] em outras palavras, pode-se observar que a acessibilidade vai além do aspecto físico e arquitetônico, ela remete também a possibilidades de acesso comunicacionais, tecnológicos, instrumentais, metodológicos, programáticos e atitudinais.” (PONTE; SILVA, 2015, p. 8). Com os profissionais da instituição, a abordagem é feita de maneira pontual, apenas para os setores mais ligados a esse público (docência, biblioteca, coordenação). A esse respeito, o acompanhante de uma pessoa com deficiência visual relata o seguinte:

Ele (estudante cego) não tem dificuldade quanto ao entendimento e interpretação dos textos através dos programas, embora os currículos não sejam elaborados pensando nas suas particularidades. Graças a esses programas de voz, ele consegue entender os textos, interagir e discutir as matérias como os alunos videntes. (Entrevistado B).

Nota-se, neste depoimento, a importância da tecnologia para auxiliar as pessoas com deficiência, principalmente quando as acessibilidades curriculares não são capazes de incluir essas pessoas, como os programas de voz, conforme mencionado pelo entrevistado B. Portanto, devemos aproveitar esses equipamentos eletrônicos que a tecnologia nos fornece para corroborar a inclusão e integração dessas pessoas. Além, é claro, de várias ações “básicas”, como espaços e currículos adequados. Ainda sobre os programas de voz, o entrevistado A, aluno cego, comenta o seguinte:

A universidade disponibiliza aparelho com programa de voz aonde eu consigo ter acesso a todos os conteúdos e fazer as avaliações em sala de aula junto com os demais estudantes. Não existe nenhuma forma de diferenciação entre nós nesse sentido. As minhas dificuldades estão nas disciplinas de cálculos, que requer outros aparelhos e programas informáticos para facilitar a minha compreensão nesse aspecto. Tenho conhecimento da existência de alguns livros na biblioteca em braille. [existem, porém, com pouca abrangência das áreas]. (Entrevistado A).

O entrevistado relata também ter consciência de que, em acordo com o professor, poderá escolher o melhor método de avaliação que a ele se adéque. Apesar disso, o setor de acessibilidade da universidade está ciente de que o que promove ainda não é suficiente para uma efetiva inclusão, pois, conforme o funcionário do setor de acessibilidade,

Não existem ainda acessibilidade dos currículos nesse sentido, o setor disponibiliza o aparelho de voz para suprimir algumas dificuldades

dos estudantes. A biblioteca conta com alguns livros em Braille, porém não são muitos e não tem para todos os cursos e para mediar essa situação tentam deixar esse acordo professor-estudante. O setor deixa livre essa relação para os dois. (Entrevistado C).

Pode-se observar que o entrevistado A não está tendo um tratamento desigual com os demais alunos, o que é muito importante não só para ele como para todos. É uma luta também das pessoas com algum tipo de deficiência, a de serem tratadas não como incapazes mas sim como “diferentes” que precisam de condições adequadas para ter um tratamento mais igualitário. O entrevistado A indica que suas dificuldades mais intensas decorrem das disciplinas de cálculo, pois não há programas informáticos disponíveis para ele, o que não lhe permite acompanhar as aulas das disciplinas exatas (cálculos), por se tratar de questões práticas e que requerem certo acompanhamento didático-pedagógico, tanto por parte dos professores como de programas específicos nessa área para minimizar as suas dificuldades.

A esse respeito, o Setor de Acessibilidade se posiciona: “Existe uma ferramenta de cálculo que pode auxiliar essa demanda chamada Soroban, porém a universidade não conta com esse equipamento. Estamos ainda com falta de alguns equipamentos, que são fundamentais” (Entrevistado C).

Quando indagado sobre a compra do equipamento, o profissional lamenta que os impedimentos burocráticos e de verbas destinadas para o setor sejam os principais fatores que levam a essa situação. Assim, o processo de inserção e integração das pessoas cegas precisa de ações concretas, que vão além da boa vontade das pessoas envolvidas, que esbarram em outras barreiras, políticas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho compreender se a referida universidade consegue atender, de forma satisfatória, às pessoas com deficiência, principalmente as pessoas com deficiência visual, verificando se os aspectos curriculares e arquitetônicos estão sendo empregados de acordo com a legislação. A partir de uma metodologia qualitativa com uso de observação e entrevista com um aluno com deficiência visual, seu amigo (acompanhante) e com um funcionário do Setor de Acessibilidade da universidade, conseguimos tecer algumas conclusões. Com base na literatura vigente e nas nossas observações, concluímos que a questão da inclusão das pessoas com deficiência visual nas universidades, de um modo geral, não envolve somente a vontade social, política e muito menos a proposição de leis (decretos). Ocorre também por meio das ações particulares e coletivas, que devem ser concretas, começando pela acessibilidade arquitetônica, a instalação de rampas, corrimãos, nas salas de aulas, nos banheiros, etc., e nos currículos.

Nossa análise mostrou que são necessárias as acessibilidades dos espaços físicos e curriculares, visando assim à inclusão da pessoa com deficiência visual na referida IES. Com este trabalho, foi possível observar que a inclusão efetiva ainda é realizada sob demanda. Ou seja, se alguém com deficiência desempenha o papel de aluno, funcionário ou professor, há um esforço em adaptar; não há, porém, um planejamento prévio; as ações são pontuais e muitas vezes esbarram

nos trâmites políticos da IES, ameaçando, assim, os pressupostos da Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência.

Em função disso, é muito importante a realização de pesquisas nessa área, pois, como observamos no trabalho de Estrela (2017), a realidade dessa instituição não se distingue da situação de outras IES, inclusive de instituições particulares. Estudos como este são fundamentais para se pensar em como o planejamento e o diálogo podem ser elementos importantes na efetivação da inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, este estudo reitera a necessidade de refletir sobre as metodologias adotadas ou mesmo a criação de novas metodologias diferenciadas para acompanhar e avaliar estudantes com deficiência, especialmente com deficiência visual.

Investigações como esta demonstram que somente uma legislação não é capaz de tornar a sociedade mais inclusiva; ao contrário, é preciso haver um engajamento entre os diferentes setores para realmente se alcançar a inclusão. Este estudo aponta que a universidade é um espaço de mudança, que está em transformação, e que precisa de apoio para poder se tornar um lugar de inclusão efetiva.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Convenção das pessoas com deficiência*. 4. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/2kaO5H>>. Acesso em: 4 out. 2017.
- BRASIL. Decreto Lei nº 13.146, de 6 julho 2015. Lei Brasileira de Inclusão. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- CHICON, J. F.; SOARES, J. A. *Compreendendo os conceitos de integração e inclusão*. Campinas, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/FfbHNk>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- ESTRELA, I. A. “*Nada sobre nós, sem nós*”: a influência da acessibilidade atitudinal no processo de formação de universitários com deficiência visual. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade Maurício de Nassau, Fortaleza, 2017.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- LOURENÇO, L. R.; CARDOSO, V. C. O conceito de inclusão de deficientes visuais num contexto do ensino de matemática de uma escola da região do ABC. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBEM, 2013. Disponível em: <[http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/2218\\_732\\_ID.pdf](http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/2218_732_ID.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2017.
- MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *Perspec.*, São Paulo, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/LPPQn5>>. Acesso em: 12 out. 2017.

- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer*. São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN. A inclusão escolar “pegou a escola de calças curtas”. *Boletim Informativo Ser Down*, Salvador, v.2, n. 4, 2001.
- MANTOAN. Novos cenários de compreensão da aprendizagem. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, 1999.
- MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. *Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola*. São Paulo: Phorte, 2000.
- MIRANDA, M. de J. C. *Inclusão escolar e deficiência visual: trajetória e processo*. Maringá, 2001. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/2678/2388>> Acesso em: 16 out. 2017.
- OLIVEIRA, C. B. de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>> Acesso em: 11 out. 2017.
- PONTE, A. S.; SILVA, L. C. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. *Cad. Ter. Ocup, UFSCar*, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015.
- SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2017.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- ZAGO, F.. *Tipos de barreiras: acessibilidade na prática*. Campo Grande, 2012. Disponível em: <<http://www.acessibilidadenapratica.com.br/textos/tipos-de-barreiras/>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- ZANATA, C.; TREVISÓ, V. C. Inclusão escolar: conquistas e desafios. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro, SP, v. 3, n. 1, p. 15-30, 2016. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/40/25042016154154.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.